

AS RELAÇÕES ENTRE INTEGRALISTAS E O PROJETO EUGENISTA DE BELISÁRIO PENNA NO BRASIL NOS ANOS 1930

Cintia Rufino Franco da Silva*

Entre meados do século XIX e início do século XX, as teorias evolucionistas tomavam corpo nos debates que atravessaram o contexto do avanço imperialista, nas disputas por territórios que abrangessem os domínios dos Estados-Nação que se auto-definiam em termos de cultura e civilização em contraste com outras identidades sociais e étnicas.

Nestas circunstâncias, a criação de teorias eugênicas logrou sucesso entre cientistas e homens públicos de vários países que tinham como objetivo demonstrar as diferenças entre seres humanos pautando-se em critérios físicos e em influências ambientais. E, neste sentido, a geração de cientistas que se formava no Brasil compactuava com essas ideias.

A partir desta perspectiva, a História das Ciências no Brasil é também parte da história das teorias eugênicas criadas no século XIX na Europa. O termo Eugenia foi criado por Francis Galton em 1883. Seu significado “bem-nascido” propunha representar as distinções dentre a raça humana, ainda não percebida em sua unidade e diversidade interna. Baseando-se nas teses evolucionistas de Charles Darwin, essas teorias defendiam a existência de raças humanas, distintas por graus evolutivos, e iriam encontrar eco no pensamento econômico e social que justificariam o comportamento humano em sociedade e forneceriam a base científica para o controle e permanência no poder da burguesia industrial, como exemplo da supremacia branca diante do restante da humanidade.

De acordo com Nancy Leys Stepan¹, no Brasil e no restante da América Latina, a receptividade às teorias eugênicas se manifestaram desde fins do século XIX e se mantiveram, até à época pós-colonial, na esteira dos estudos e práticas científicas no “Terceiro Mundo”. No sentido de incorporar o “novo mundo” à “velha civilização”, o darwinismo social se apropriou das ideias e propôs aplicá-las nas sociedades humanas.

Procurava-se explicar a pobreza provocada pelas consequências da revolução industrial, com a formação de um proletariado urbano e desprovido das mínimas condições de vida, em termos de habitação, higiene e alimentação. Seguindo a mesma linha de pensamento,

*Mestranda em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemáticas pela UFABC

¹ STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia – raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

também, considerava-se as diferenças culturais entre os povos que a empreitada neocolonialista incorporava ao mundo capitalista. Afirmava-se, dessa maneira, que pobres e etnias africanas, asiáticas e latino-americanas eram inferiores, pois não teriam a habilidade e/ou, a capacidade necessária para se adaptar e evoluir de forma a se habituar ao novo sistema, com a nova sociedade, que estava surgindo.

Dessa maneira, esses evolucionistas contribuíram para a “biologização” da sociedade e, no Brasil, dadas as características sociais e ambientais distintas do “mundo civilizado” europeu, suas teorias obtiveram, aqui, interpretações peculiares, sendo recebidas e recriadas a partir de perspectivas e experiências diversas.

Na trajetória dos estudos eugênicos brasileiros, vindas dos oitocentos, para um grupo de médicos da “Escola Nina Rodrigues”, ligada à Faculdade de Medicina da Bahia,² a miscigenação era impedimento para o desenvolvimento do país, pois a mistura proporcionaria a loucura, a criminalidade e a doença. Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, médicos dedicavam-se ao combate das doenças tropicais, como a doença de Chagas e a febre amarela e ao desenvolvimento de políticas sanitárias encabeçadas pelo Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, que em 1908 se transformou em Instituto Oswaldo Cruz. As pesquisas eugenistas e dos sanitaristas muitas vezes convergiam e confundiam-se nos projetos de constituição da nação brasileira. E, assimilando e incorporando dados das teorias evolucionistas, os pesquisadores eugenistas nacionais elaboraram suas análises a partir de experimentos que visavam explicar, em bases científicas, a formação “racial” do povo brasileiro.

No Brasil, o principal porta-voz da eugenia foi Renato Kehl que, em sua obra *Lições de Eugenia*, no qual afirmava que a nacionalidade brasileira só embranqueceria “à custa de muito sabão de coco ariano”. Em sua opinião, o Brasil não teria progresso devido a sua diversa composição racial. Neste sentido, o acompanhou parcela da intelectualidade brasileira.

O entusiasmo a partir da conferência intitulada “Eugenia”, realizada por Kehl em 1917, impulsionou a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), que contou com a participação de médicos e membros de vários setores da sociedade interessadas em discutir

² Segundo alguns estudiosos, como Fernando Azevedo e Simon Schwartzman, os participantes da “Escola Nina Rodrigues” forjaram a Antropologia brasileira da primeira metade do século XX. Em AZEVEDO, Fernando, 1954; S. SCHWARTZMAN, 1979.

a nacionalidade a partir de questões biológicas e sociais. A SESP publicou os *Annaes de Eugenia* em 1919, onde constam uma série de conferências realizadas por seus associados, além de artigos, que discorriam sobre a intervenção direta no corpo dos indivíduos a fim de mudar o “corpo coletivo”, tendo em vista a formação da nacionalidade brasileira.

Neste interim, em 1918, foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil (LPSB), unindo médicos e outros intelectuais, como Belisário Penna, Carlos Chagas, Arthur Neiva, Monteiro Lobato, Miguel Pereira, Vital Brasil e Afrânio Peixoto, em torno das propostas de centralização administrativa dos serviços de saúde e a implantação de projetos na área. Mas, o foco principal desta reunião de importantes cientistas e de parte da intelectualidade do país, era a formação do povo brasileiro, a partir da constatação de que suas mazelas se relacionavam às características “raciais”.

Belisário Augusto de Oliveira Penna, nascido aos 29 de novembro de 1868, em Barbacena, Minas Gerais. Filho homônimo do visconde de Carandaí, importante benfeitor da cidade, e de Lina Leopoldina Lage Duque. Matriculou-se, em 1886, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas concluiu o curso na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, onde se casou com Ernestina Rodrigues Chaves, filha do conselheiro João Rodrigues Chaves, fundador e diretor da faculdade de direito local.

Voltou a Barbacena, trabalhando como médico da Colônia Rodrigo Silva, formada por agricultores de origem italiana. Também tentou a clínica em localidades próximas, acabando por se fixar em Juiz de Fora, em 1896, onde assumiu as funções de médico da Hospedaria dos Imigrantes, demitindo-se, por motivo do não atendimento de suas reivindicações de melhorias nos serviços que prestava.

Com a nomeação de Oswaldo Cruz, em 1903, para dirigir os serviços federais de saúde pública, realizaram-se concursos para as campanhas sanitárias. Aprovado, Penna tomou posse como inspetor sanitário no Rio de Janeiro, em maio de 1904.

No ano seguinte, foi transferido para o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. Depois de estudar o desenvolvimento das larvas do mosquito transmissor da doença, propôs a diminuição do intervalo de visitas a cada seção da zona, para destruição dos focos, o que surtiu efeito e foi adotado como procedimento geral da campanha.

Sua atuação destacada nas campanhas sanitárias levou o diretor Oswaldo Cruz a parabenizá-lo oficialmente, o que aproximou os dois médicos. Comissionado por Oswaldo Cruz, Penna partiu em 1906 para combater o impaludismo entre os operários que construíram uma ferrovia, no norte de Minas Gerais. Ali permaneceu por três anos, participando da principal descoberta médica do período: a descrição da etiologia de uma moléstia ainda desconhecida, a tripanossomíase americana.

Caso raro na história da medicina, Chagas descreveu todo o ciclo evolutivo da doença: o microrganismo causador da moléstia, os hospedeiros, como o tatu e o gambá, o inseto vetor, chamado barbeiro, e as manifestações clínicas no homem.

Designado por Oswaldo Cruz, Penna percorreu, junto com Arthur Neiva, do IOC, em 1912, o norte da Bahia, sudeste de Pernambuco, sul do Piauí e nordeste de Goiás, com o objetivo de estudar as condições sanitárias e enfrentar os problemas de saúde existentes nessa região. Viajaram durante sete meses, registrando não apenas as doenças encontradas, mas também aspectos sociais, econômicos e culturais da vida das populações locais.

Em 1913, Penna solicitou licença de seis meses e, por conta própria, percorreu os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para estudá-los, como fizera em relação aos estados do Norte. Depois reassumiu o cargo de inspetor sanitário no Rio de Janeiro. Em 1916, o relatório da viagem pelo Nordeste e Centro-Oeste foi publicado nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, trazendo para a opinião pública a realidade da saúde no interior do país. No mesmo ano, Penna iniciou, pelo *Correio da Manhã*, uma campanha pelo 'saneamento do Brasil'.

O livro Saneamento do Brasil influenciou a decisão do presidente Wenceslau Brás de criar o Serviço de Profilaxia Rural, em maio de 1918, e de nomear Penna para dirigi-lo. O cargo permitiu-lhe instalar dez postos sanitários nas zonas rurais do Distrito Federal e realizar várias conferências em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A Liga Pró-Saneamento do Brasil editou, nos seus dois anos de existência, o periódico *Saúde – Mensário de Higiene, Assuntos Sociais e Econômicos*. O editorial do último número afirmava que a agremiação havia alcançado seu objetivo com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Para dirigi-lo foi nomeado o cientista Carlos Chagas. A partir de então, os sanitaristas brasileiros ganharam maior poder no território nacional.

Penna instalou serviços de profilaxia rural em 15 estados durante sua gestão no DNSP. Exonerou-se em 1922, por não concordar com interferências políticas no departamento. No ano seguinte, a pedido do presidente de São Paulo, Washington Luís, escreveu dois trabalhos sobre higiene: o primeiro foi publicado – Higiene Para o Povo. Amarelão e Maleita, em 1924 – e um segundo (inédito) dirigido aos profissionais de educação. Neste mesmo ano em carta aberta, apoiou a revolta tenentista que irrompeu em 5 de julho daquele ano, em São Paulo.

Penna retornou em 1927 à administração pública, como inspetor de Propaganda e Educação Sanitária. Percorreu então os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até ser requisitado pelo presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para organizar o serviço local de higiene. No Sul, iniciou um período de trabalho intenso, proferindo conferências e indicando providências relativas a problemas de saúde. Merece destaque seu engajamento na Revolução de 1930. Após a vitória do movimento, foi nomeado diretor do DNSP.

Em 1932, Penna filiou-se Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, tornando-se membro da Câmara dos 40, órgão supremo do movimento. Sua adesão ao Integralismo foi justificada em uma carta:

Do exposto posso responder que sou integralista, porque já o era desde mais de vinte anos; porque creio em Deus e pratico a moral cristã; porque não sou um instintivo e quero o primado do espírito sobre a matéria; porque não sou regionalista e amo com igual afeto os patrícios de todas as regiões do nosso Brasil, que quero unidos, integrados numa só aspiração, num só sentimento; porque amo a família, célula mater da sociedade, que, sem ela, não passa de um rebanho de animais, como ora acontece na Rússia; porque, finalmente, tenho plena e absoluta confiança em Plínio Salgado, o criador e o chefe nacional do integralismo, predestinado por Deus para libertar o Brasil do regionalismo destruidor da pátria, da sua escravização ao capitalismo internacional e da calamidade da peste bolchevista.³

³Penna, Belisário. Porque sou integralista. Datilografado, 29.6.1937 (Fundo Pessoal B. Penna, DAD-COC).

Penna faleceu em 4 de novembro de 1939.

Os debates sobre a composição “racial” do povo brasileiro alcançavam todos os níveis da intelectualidade nacional, entre ciências físicas, biológicas e sociais, entre literatos e pensadores autodidatas. Estudiosos da Antropologia, da Sociologia e da História incorporavam às suas explicações sobre a organização social do Brasil as “tendências” comportamentais das “raças” que compunham a “Nação brasileira”.

No decorrer dos primeiros quarenta anos da República, as questões sobre raça e ciência no Brasil foram tomando rumos definidos, muitas vezes discordantes, pelos debates internos, quanto à especificidade brasileira em termos de ordenação social e composição étnica. Esses debates acompanham, muitas vezes reproduziam os que aconteciam na Europa e no restante da América Latina e América do Norte.

Neste sentido, o uso de critérios eugênicos reforçavam as leituras sobre as distinções entre as “raças brasileiras” e as estrangeiras. Compartilhado no senso comum e no pensamento brasileiros, o mito das “três raças” explicitava as características particulares de cada uma destas: a branca, portuguesa; a negra africana e a indígena americana. Cada qual definida, entre qualidades e vícios morais.

Na visão da eugenia negativa, a mestiçagem provocava a degeneração humana. Na positiva, a junção das “raças” reforçava, no seu conjunto, os aspectos “benéficos” da “mistura” racial. E, nestas linhas, a mestiçagem tratada já desde o XIX pelos “antropólogos” e “sociólogos” fundadores da nossa Antropologia e Sociologia, era vista por prismas antagônicos e mesmo contraditórios. Como escreve Lilia Moritz Schwarcz: “No Brasil - raça e mestiçagem jamais foram termos neutros. Ao contrário, associaram-se com frequência a uma imagem particular do país.”⁴

Como aponta Ana Maria Dietrich, ao estudar o “Nazismo Tropical”, intelectuais importantes, como o citado Nina Rodrigues, e ainda Oliveira Vianna e Silvio Romero, ao

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz: *Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos* – www.difusaocultural.ufrgs.br/.../Schwarcz%20-... Acesso 11/11/2012.

abordarem a questão racial, demonstravam postura racista, ao defenderem “sucessivos casamentos de mestiços nacionais com ‘imigrantes brancos’”⁵.

E, no decorrer das quatro décadas que se seguiram à proclamação da República, novos Partidos Políticos se organizavam, com definições mais especificamente ideológicas que regionais e classistas dos que os sucederam. Neste período dois importantes partidos, totalmente antagônicos surgem: o Partido Comunista e a Ação Integralista Brasileira.

O contexto político em que surge a AIB é o do fim da Primeira República, com o movimento insurrecional das oligarquias dissidentes, a “Revolução de 1930”, e da reação paulista às decisões de governo da primeira fase da Era Vargas, levava ao levante conhecido como Revolta Constitucionalista em 1932. Este é o ano em que a AIB lança seu *Manifesto de Outubro*, defendendo os valores do trabalho e o “sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade”. No *Manifesto* ainda se proclama que o homem “vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da Nação e o elevamento moral das pessoas.”

Sobre a questão racial, o mesmo *Manifesto* culpa o cosmopolitismo, trazido ao país como costume burguês, como influência estrangeira, pela morte do nacionalismo brasileiro. Para o integralismo, os lares brasileiros estavam impregnados de estrangeirismos e seria preciso resgatar o modo de vida tradicional que teria raízes na vida interiorana, onde viveria o verdadeiro povo brasileiro, com “todas as dificuldades e todos os heroísmos, todos os sofrimentos e todas as aspirações, o sonho, a energia, a coragem (...)”. Segundo o *Manifesto*, o mundo cosmopolita, além de não conhecer este “povo”, também se envergonharia “do caboclo e do negro de nossa terra (...) Vivem a cobri-lo de baldões e de ironias, a amesquinhar as raças de que proviemos.”

O integralismo criticava os que defendiam o “regime político inadequado” ao qual era submetido o Brasil e que preferiam: “(...) diante dos desastres da Pátria, acusar o brasileiro de incapaz, em vez de confessar que o regime é que era incapaz.” No entender dos integralistas os defensores da “modernização brasileira” eram considerados: “cépticos, desiludidos, esgotados de prazeres”. E tudo o que diziam “esses poderosos ou esses grandes e pequenos burgueses, destila um veneno que corrói a alma da mocidade.” Com isto, “criaram

⁵ DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Todas as Musas, 2012, p. 27.

preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar. Desprezaram todas as nossas tradições. E procuram implantar a imoralidade de costumes.” Neste sentido, os integralistas deveriam lutar “contra a influencia perniciosa dessa pseudo-civilização, que nos quer estandardizar.” O *Manifesto* conclamava a todos os brasileiros:

“Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo que é útil e belo, no caráter e nos costumes brasileiros; para unir todos os brasileiros num só espírito: o tapuio amazônico, o nordestino, o sertanejo das províncias nortistas e centrais, os caiçaras e piraquaras, vaqueiros, calús, capichabas, calungas, paroaras, garimpeiros, os boiadeiros e tropeiros de Minas, Goiás, Mato Grosso; colonos, sitiantes, agregados, pequenos artífices de São Paulo; ervateiros do Paraná e Santa Catarina; os gaúchos dos pampas; o operariado de todas as regiões; a mocidade das escolas; os comerciantes, industriais, fazendeiros; os professores, os artistas, os funcionários, os médicos, os advogados, os engenheiros, os trabalhadores de todas as vias-férreas; os soldados, os marinheiros – todos os que ainda têm no coração o amor de seus maiores e o entusiasmo pelo Brasil. Temos de invocar nossas tradições gloriosas, temos de nos afirmar como um povo unido e forte, que nada mais poderá dividir. O nacionalismo para nós não é apenas o culto da Bandeira e do Hino Nacional; é a profunda consciência das nossas necessidades, do caráter, das tendências, das aspirações da Pátria e do valor de um povo.”

Este era o teor do *Manifesto Integralista*, em 1932. A proposta do movimento que reuniu aproximadamente 800 mil militantes era, sobre a base das tradições nacionais, como acúmulo das heranças étnico/culturais das “três raças”, instalar o Estado Integral. Para isto defendiam um Estado autoritário “capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influencia nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação.”

O principal ideólogo e líder integralista, Plínio Salgado, juntamente com os intelectuais do movimento, consideravam que através do Estado Integral seriam capazes de fazer nascer a Quarta Humanidade, uma nova civilização que, recuperando uma era monoteísta cristã, “realizará a grande síntese: Síntese filosófica. Mas, principalmente, síntese

das Idades Humanas.”⁶ Conforme o projeto integralista, a Nação brasileira comportaria as diferenças, as diversidades, impondo os “equilíbrios morais no mundo material, concebendo o Homem como criatura de Deus, e a Nação e o Estado como criatura do Homem.” Nestas condições: “A ciência não é renegada, mas passa a ser a servidora do Homem, em vez de ser o tirano que o subjuga.”⁷

Assim, durante os cinco anos seguintes, a chamada Doutrina do Sigma foi sendo costurada, acumulando versões diversas ao *Manifesto* fundador⁸, com a adesão de intelectuais das mais diversas linhas e vertentes ideológicas e do pensamento científico. Parecia-lhes que não era impossível defender a tradição sem negar benefícios da Ciência. E assim, julgando contribuir para a “melhoria” do povo brasileiro, também, alguns personagens ligados à Liga Brasileira de Higiene Mental incorporaram-se às fileiras da AIB, dentre estes, Belisário Penna.

O sanitarista Belisário Penna, acreditava que o saneamento e a educação higiênica para todo o país era a solução para que se construísse a identidade nacional, acontecesse a integração nacional, gerando uma nova sociedade adequada aos ideais de produtividade capitalista e a erradicação de doenças, já que para ele, o Brasil estava doente e improdutivo. A proposta de Penna para se efetivar esses objetivos era a educação higiênica nos lares, escolas e cidades, valorizando as questões morais, erradicando maus hábitos, modelando assim o trabalho e a família. O integralismo buscava a formação de um novo homem, comprometido com Deus, a Pátria e a Família, logo era imprescindível modelar esse novo homem, e a educação higiênica faria esse papel, pois controlava a saúde e as atitudes do indivíduo

Médicos e cientistas, estudiosos da anatomia humana, eles participaram das Academias e da criação das Universidades brasileiras. Buscavam a racionalidade da ciência moderna, escolhendo um movimento conservador autoritário para atuarem politicamente. Como em todos os tempos, alguns homens elegem a Ciência como meio de intervir no mundo segundo as suas vontades: em que o autoritarismo e a intolerância moldam-lhes as práticas

⁶ SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. São Paulo: GRD, 1995.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 52.

⁸ Conferir: CARNEIRO, M. R S. R. *Do sigma ao sigma. – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2007. & CHRISTOFOLLETI, Rodrigo. *Biografias coletivas: as três gerações da Enciclopédia do Integralismo*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

científicas. Assim, sob alguns aspectos Integralismo e Nazismo se aproximaram com seu simbolismo e estrutura paramilitar, o integralismo assumia tipificações fascistas. Quanto às questões eugênicas que lhes eram comuns, cabe à ciência História investigar.

Dessa maneira, esta pesquisa objetiva refletir, no âmbito da História das Ciências, acerca dos debates sobre raça, povo, nação, cultura e civilização, incluídos nas perspectivas das questões eugênicas e higienistas que circularam entre setores intelectuais no início do século XX no Brasil e que refletiram no movimento integralista brasileiro em ascensão na década de 1930. Serão analisadas as propostas e atuações do movimento eugênico e higienista no Brasil nos primeiros anos do século XX e suas implicações nos projetos de povo brasileiro, entre os aspectos que se referem à formação da raça, às questões das políticas públicas de saúde e à construção da cidadania republicana. Serão investigados os movimentos eugênicos no interior do a Ação Integralista Brasileira e os debates sobre a constituição do povo brasileiro quanto à diversidade racial e à miscigenação.

Assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de averiguação da composição da militância integralista, entre seus intelectuais, sua base, e suas articulações com agremiações eugênicas. Também, pela importância da verificação de critérios raciais no integralismo – entre “nacionais” e estrangeiros: europeus de outras nacionalidades que não portuguesas e judeus; que ainda são temas de debates entre os estudiosos da Ação Integralista Brasileira.

Para a execução da pesquisa, será analisada a extensa literatura produzida pelo movimento integralista e pelo Belisário Penna, entre teses, dissertações e obras publicadas. Além deste conjunto de trabalhos, deverão ser utilizadas na pesquisa, os trabalhos de pensadores que, analisaram a formação étnica brasileira, que tenham contribuído para, ou compartilhado, percepções eugênicas contra ou a favor dessas teorias.

Outras fontes diversas deverão ser investigadas, como jornais e outros tipos de periódicos, especialmente os que se referem aos movimentos integralista e eugênicos no país. Como parte da metodologia, deve-se confrontar o integralismo com outros movimentos em que a “ciência do bem-nascer” foi utilizada para estabelecer critérios raciais.

Bibliografia:

AZEVEDO, Fernando. *Princípios de Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

BOARINI, M. L. & YAMAMOTO, Oswaldo. *Higienismo e Eugenia*: discursos que não envelhecem. In: http://www.cocsite.coc.fiocruz.br/psi/pdf/higienismo_eugenia.pdf. Acesso: 18/11/2012.

CARNEIRO, Márcia Regina da S. R. *Do sigma ao sigma. – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2007.

CHRISTOFOLLETI, Rodrigo. *Biografias coletivas: as três gerações da Enciclopédia do Integralismo*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Todas as Musas, 2012.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura – uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2012.

GADELHA, Paulo. *A trajetória da Liga Pro-Saneamento no Brasil (1918-1920): concepções, propostas e atuação política - relatório final*. Rio de Janeiro; Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz; 1992.

KOBAYASHI Elisabete; FARIA Lina; COSTA, Maria Conceição da. *Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional*. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000200012&script=sci_arttext. Acesso 18/11/2012.

MANIFESTO INTEGRALISTA DE 1932. <http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=3>. Acesso em 19/11/2012.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunais, 1918.

PENNA, Belisário. *Porque sou integralista*. Datilografado, 29.6.1937 (Fundo Pessoal B. Penna, DAD-COC).

SCHWARTZMAN, Simon. *A Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.

SALGADO, Plínio Salgado. *A Quarta Humanidade*. São Paulo: GRD, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz: *Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos* – www.difusaocultural.ufrgs.br/.../Schwarcz%20-... Acesso 11/11/2012.

STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia – raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.